

A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR SOLIDÁRIO: A SERVIÇO DO CAPITAL OU DO TRABALHO?

Ronalda Barreto Silva – UNEB – ronaldabarreto@uol.com.br¹

Silvia Maria Leite de Almeida – UNEB – sileite@terra.com.br²

Tatiana Velloso – vellosotatiana@hotmail.com.³

RESUMO:

Este trabalho pretende discutir as contradições presentes no movimento da economia solidária, especialmente no tocante ao trabalho como princípio educativo e seu desvirtuamento na formação cotidiana de trabalhadores de alguns empreendimentos, cujos apoios externos, de assessorias e empresas capitalistas, têm atacado um aspecto basilar: a junção entre produção e gestão, o que daria ao trabalhador o controle do processo e do produto, como preconiza Gramsci. O aspecto contraditório presente no discurso da formação do trabalhador tanto para o mercado de trabalho quanto para os empreendimentos da economia solidária, aqui destacado, reside na ênfase sobre a categoria do empreendedorismo, ressaltando a metamorfose de conceitos que buscam legitimar ações sociais e educacionais excludentes e que assumem um sentido dúbio.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Formação para o trabalho. Economia Solidária.

ABSTRACT:

This paper discusses the contradictions in the movement of the economy, especially as regards the work as an educational principle and its perversion in the everyday training of workers in some enterprises, whose external support, advisory services and capitalist enterprises, have attacked a fundamental aspect: the junction between production and management, which would give the worker process control and product, as advocated by Gramsci. The contradictory aspect present in the speech training of workers for both the labor market as to the developments of the economy, highlighted here, is the emphasis on the category of entrepreneurship, emphasizing the transformation of concepts that seek to legitimize actions and exclusionary social and educational that assume a dubious meaning.

Keywords: Entrepreneurship. Training for work. Solidarity Economy.

1 INTRODUÇÃO

O modelo de *competência e empregabilidade* tem fundamentado a formação do trabalhador de acordo com um paradigma de Estado fundado em valores mercantis para atender as transformações ocorridas no mercado de trabalho. O empreendedorismo, a empregabilidade são categorias que fundamentam tal formação, relacionado com a modernização de alguns fatores, tendo os recursos humanos como elemento fundamental. O conceito de capital humano através da relação que faz entre educação, desenvolvimento e superação das desigualdades coloca a educação como determinante nesse processo e transfere a responsabilidade acerca das desigualdades sociais para o próprio indivíduo.

Por outro lado, o desemprego, a vulnerabilidade social tem levado os trabalhadores a buscarem alternativas de sobrevivência, organizando-se, muitas vezes, em empreendimentos da economia solidária, quer sejam cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou outros. Sem dúvida, a economia solidária constitui-se um movimento que discute a inclusão social pelo trabalho, um trabalho que se propõe diferenciado da lógica taylorista e da lógica toyotista, mas que enfrenta tensões em relação aos seus limites e possibilidades frente ao capital. Uma tensão está entre o capital subsumi-la à sua lógica, o que se apresentaria, entre outros, na precarização do trabalho em empreendimentos solidários, também na tentativa de invisibilizar as iniciativas do setor e, ainda, de subverter a possibilidade de desalienação do trabalhador num processo educativo que toma o trabalho como seu princípio.

Este trabalho pretende discutir as contradições presentes no movimento da economia solidária, especialmente no tocante ao trabalho como princípio educativo e seu desvirtuamento na formação cotidiana de trabalhadores de alguns empreendimentos, cujos apoios externos, de assessorias e empresas capitalistas, têm atacado um aspecto basilar: a junção entre produção e gestão, o que daria ao trabalhador o controle do processo e do produto, como preconiza Gramsci.

A formação do trabalhador na perspectiva do mercado de trabalho, segundo o modelo de competências e habilidades, segundo Frigotto (2005), possui direcionamento para a gestão da qualidade, produtividade, competitividade, características necessárias ao atributo da empregabilidade, ou seja, a capacidade mutante/flexível de adaptação às demandas do mercado. A noção de competência, alerta Conceição (apud SILVA, 2009), define uma nova

sociabilidade, de adaptação dos sujeitos às inseguranças do mercado de trabalho, com ênfase nos aspectos cognitivos e subjetivos da aprendizagem, o que reforça as dimensões da individualização do conhecimento e das relações de trabalho.

O aspecto contraditório presente no discurso da formação do trabalhador tanto para o mercado de trabalho quanto para os empreendimentos da economia solidária, aqui destacado, reside na ênfase sobre a categoria do empreendedorismo, ressaltando a metamorfose de conceitos que buscam legitimar ações sociais e educacionais excludentes e que assumem um sentido dúbio. Por um lado, na pedagogia que busca formar para o mercado de trabalho capitalista, tal categoria é posta como necessidade do processo de globalização, tendo como objetivo a construção do desenvolvimento em âmbito humano e social para o fim da exclusão econômica e intelectual. Trata-se de mais uma vertente da pedagogia do aprender a fazer que se destina ao desenvolvimento da criatividade para a “inovação” e a “atração do mercado” (SCHIRLO et al., 2010).

2 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é definido pelos autores como uma “espécie de protagonismo social que promove a ruptura de laços de dependência. É uma crença na própria capacidade de construir o desenvolvimento por meio da cooperação entre os diferentes âmbitos político-sociais. Ou seja, é assumir a responsabilidade pela construção de seu próprio destino.” (FRANCO apud SCHIRLO et al., 2010). O discurso do protagonismo social é incoerente com a responsabilização do indivíduo em relação ao seu destino, ou seja, o fim da exclusão econômica e intelectual é fragilizado no discurso dos autores quando toma a ideologia meritocrática como princípio:

Diante da questão levantada há a hipótese de que nem todas as pessoas se apresentam aptas a gerenciar as necessidades impostas pelo mundo globalizado. Nesse caso, somente os que têm um tino questionador e procuram por novidades é que são capazes de encarar corajosamente o mundo da globalização. Logo, são os que se sobressaem nesse novo contexto mundial e, por esse motivo, são chamados de empreendedores. Nesse sentido, os empreendedores são pessoas que derrubam as barreiras do mundo globalizado, promovendo renovação no ambiente do trabalho, rompendo com as fronteiras e gerando riquezas para a sociedade. (SCHIRLO et al., 2010)

O aspecto de gerar riquezas para a sociedade na perspectiva da globalização supõe o modelo de desenvolvimento excludente que historicamente se implantou no País. O modelo de desenvolvimento ainda vigente se configura como uma ameaça à vida no planeta, o que foi determinante na discussão do desenvolvimento e estímulo à práticas alternativas para a sustentabilidade ambiental, de modo geral, e, em alguns casos, enfatizando a sustentabilidade humana.

A tendência que se encontra em voga de Desenvolvimento Sustentável surge da necessidade de preservação do meio ambiente e é ampliado para a equidade e justiça social, mais que isso, para a sustentabilidade ambiental e humana. Assim, fica evidenciado que não se pode transformar a sociedade sem abordar com seriedade categorias como trabalho, desenvolvimento, mudanças no mundo do trabalho, educação/formação e direitos humanos. O movimento crescente da economia solidária a coloca no patamar de uma alternativa que engloba a discussão dessas categorias e que se coaduna com o desenvolvimento sustentável.

Segundo Veiga (2008), a rigor a adjetivação [sustentável] deveria ser desdobrada em socialmente incluyente e economicamente sustentada no tempo. Segundo Sachs (2007, p.352), teria o objetivo de desenvolvimento dos homens e das mulheres em lugar de multiplicação das coisas, mas se faz presente, ainda, num projeto de desenvolvimento em que predominam políticas que reiteram a inovação tecnológica numa perspectiva da tecnologia convencional, que priorizam a demanda do capital e não a satisfação das necessidades básicas das populações, sobretudo na educação/formação dos trabalhadores.

Outra questão política importante presente no discurso da formação para o empreendedorismo capitalista diz respeito à transferência de responsabilidade do Estado, de acordo com o paradigma da mercantilização do social, ao afirmar que o elemento do capital social e a capacidade de associação dos membros de uma comunidade deve se dar para “resolverem seus problemas e construir sua prosperidade social e econômica” (SCHIRLO et al., 2010, s/p). Depreende-se que o individualismo se sobrepõe às questões coletivas e os indivíduos devem assumir tarefas que são do poder público com o fim de realizar o apaziguamento político.

Seguindo a mesma linha, a definição de educação empreendedora revela o seu papel de legitimação da ordem social excludente, em contradição, mais uma vez, com o discurso do protagonismo e da inclusão sociais:

Pode-se afirmar que a educação também pode ser empreendedora desde que ela venha a atender com qualidade as exigências impostas pela globalização. Logo, a educação empreendedora atinge o aluno e a comunidade da qual ele faz parte. Nesse caso, é correto afirmar que a comunidade é a fonte de onde um empreendedor retira seus conhecimentos. Segundo Dolabela (2003, p.104) “se a fonte de aprendizado é o mundo, a escola **deverá aceitar**⁴ essa dimensão e trazer a comunidade para dentro da sala de aula, derrubando muros”. (SCHIRLO et al., 2010, s/p.)

A participação da comunidade aqui tem a função de legitimar a aceitação da ordem estabelecida. Segundo Souza (1996), nas formulações decorrentes da ideologia desenvolvimentista e nacionalista nas quais a sociedade é pensada de forma funcional, independente das determinações estruturais - o homem é pressuposto como responsável pelo desenvolvimento do seu país, e a comunidade é o núcleo básico e o meio de estimular e implementar esses níveis de desenvolvimento. Tais formulações afastam o ideal de comunidade das condições reais da sociedade, contribuindo para o seu falseamento. Assim sendo, o trabalho comunitário tem sido a base para o desenvolvimento de várias propostas de ação social.

É importante ressaltar que, no transcurso da história brasileira até os dias de hoje, surgem movimentos que também adotaram o *trabalho com comunidade* numa outra perspectiva, com uma visão crítica da realidade e concebendo a *participação* do povo no sentido de realizar mudanças estruturais na sociedade. Nesses movimentos, a comunidade é entendida como uma realidade constituída de forças antagônicas e relações de dominação. Já as experiências descritas anteriormente seriam do tipo ortodoxas, dado que a comunidade é concebida como uma unidade constituída de partes interdependentes, regidas pelo consenso, com problemas e interesses comuns, e todas as pessoas seriam mobilizadas para a solução dos problemas, utilizando-se de técnicas cooperativas, freqüentemente em torno da oferta de serviços sociais. A construção da cidadania na educação, entretanto, se faz a partir da criação de instâncias de lutas e participação dos vários segmentos que compõem a escola nos processos decisórios.

O atendimento às *exigências impostas pela globalização*⁵, denota a perspectiva de educação/formação da educação empreendedora, cuja base encontra-se na teoria do capital

humano, que podemos resumir, de acordo com Almeida e Pereira (2000) em: a) as pessoas se educam; b) a educação tem como principal efeito mudar suas "habilidades" e conhecimentos; c) quanto mais uma pessoa estuda, maior sua habilidade cognitiva e maior sua produtividade; e d) maior produtividade permite que a pessoa perceba maiores rendas.

A crítica de Oliveira (2001) afirma que: “em meio à conjuntura atual, marcada pela presença de novo simbolismo cultural, no qual a palavra central passa a ser a competitividade, a educação escolar, que deveria ser um instrumento de construção de relações mais solidárias entre as pessoas, passa a ser vista apenas como um instrumental de formação dos indivíduos para disputarem uma posição no mercado de trabalho”. Para o autor, os discursos que apregoam a "Sociedade do Conhecimento" e a necessidade de novas habilidades dos trabalhadores serve como mecanismo ideológico que tenta ocultar as relações de exploração e de aprofundamento das desigualdades sociais que estamos vivendo.

Apesar do discurso, de forma às vezes mais e às vezes menos evidente, em relação ao empreendedorismo, a formação do trabalhador na economia solidária segue outra vertente. Podemos afirmar que se toma o trabalho como um princípio educativo, entretanto, tendo os riscos possíveis, considerando que o capital tem a capacidade de subsumir toda e qualquer lógica que lhe é antagônica. Sem dúvida, a economia solidária constitui-se um movimento que discute a inclusão social pelo trabalho, um trabalho que se propõe diferenciado da lógica taylorista e da lógica toyotista.

Trazendo à baila as contradições próprias de alternativas ao sistema de exploração capitalista, Barbosa (2007) entende que a perspectiva voluntarista do trabalho na economia solidária aparece em narrativas de exaltação da liberdade e da independência do trabalho por conta própria ou como pequeno empregador. A autora não analisa, entretanto, as bases do processo educativo do setor, a despeito das contradições pertinentes à experiências não capitalistas desenvolvidas com as dificuldades de sobrevivência em um mundo capitalista.

Afirma, também, que a economia solidária possui a promessa, afirma, de subverter a opressão da condição de empregado subordinado, como se o mercado não atingisse todos os espaços socioeconômicos e não submetesse a sua própria órbita as decisões e ações individuais, alimentando a ilusão de ascensão social. Abordando a fragilização do trabalho a partir da

precarização do emprego estrutural, ressalta que, nesse contexto, a informalidade ganha novo sentido e legitimidade, passa a se configurar transmutada de exceção em virtude.

Referindo-se à antiga e freqüente receita de desvalorização da força de trabalho como resposta à crise capitalista, afirma que o movimento do capital produz, arruína e recria práticas econômicas não abaladamente capitalistas (BARBOSA, 2007). Considerando esta afirmativa é que buscamos os aspectos que diferenciam o processo educativo nas ações da economia solidária, indagando, tal qual a autora, sobre a possibilidade de que novos sentidos estejam sendo delineados, ainda que enfatize as idéias e valores que são criadas para atuar no convencimento do trabalho informal como alternativa social e, também, os novos modos de lidar com o trabalho no contexto da crise e da reestruturação produtiva que requerem novas sociabilidades advindas de práticas de dominação, exploração e *resistências reconceituadas*⁶.

A autora acrescenta que a proposição do empreendedorismo é um desdobramento da ideologia neoliberal de liberalização da economia e a quebra das regulamentações sociais, passando a compor a base da nova cultura do trabalho desvinculada do assalariamento e individualista. Concordamos com a autora no tocante à educação/formação segundo os princípios da teoria do capital humano e da educação para o empreendedorismo que a segue. Entretanto, entendemos que a economia solidária busca dar outro sentido ao trabalho e que as práticas de autogestão e cooperação, próprias da economia solidária, dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente em sentido oposto ao que afirma Marx (1988): o modo capitalista de produção pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho.

3 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR SOLIDÁRIO

No sentido oposto, nas práticas da economia solidária predominam a propriedade social dos meios de produção, vedada a sua apropriação individual, o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem ao coletivo dos trabalhadores, a gestão do empreendimento é realizada pela comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo e dispõe sobre o excedente produzido. “Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção” (GAIGER, 2003, p.191).

Para Gaiger (2003), a cooperação mostra-se capaz de converter-se no elemento motor de uma nova racionalidade econômica, cujos empreendimentos obtêm resultados materiais, de ganhos extra-econômicos e o trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores. A noção de eficiência passa a ter uma conotação bem mais ampla, referida à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais.

Ainda que o autor afirme que a economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, dado que as novas relações supõem uma formação dos recursos para uma cultura autogestionária, supõe educar para a participação e para o labor produtivo, o que equivale a formar trabalhadores-gestores e a suplantar a divisão típica da empresa capitalista. Algumas contradições podem ser percebidas em decorrência de uma cultura capitalista, individualista e competitiva predominante na nossa educação/formação, bem como pelos ataques que sofrem para submeterem-se à lógica do capital. Não podemos perder de vista que essas experiências enfrentam o desafio permanente em se afirmar enquanto alternativa econômica e política ao modelo capitalista.

É inegável que a economia solidária comporta valores e práticas emancipatórias para essas pessoas que participam dos empreendimentos e para a sociedade como um todo, que supera a subalternidade do trabalho em relação ao capital, desenvolve as capacidades do trabalhador, valorizando o trabalho familiar, das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade. Comporta outra concepção de desenvolvimento, diferentemente do desenvolvimento que degradou os seres humanos e a natureza.

Ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considera o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, assumindo uma nova lógica de desenvolvimento sustentável em que sustentabilidade ambiental e humana são indissociáveis. Os resultados do mapeamento da economia solidária, realizado em 52% dos municípios brasileiros, apontam que, entre outras preocupações apresentadas pelos empreendimentos de economia solidária - EES, 4.280 (28,6%) empreendimentos afirmam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, enquanto que 4.754 (31,8%) afirmam realizar reaproveitamento dos resíduos. Dos 1.611 EES mapeados na Bahia 69% participam de articulações de movimentos sociais, 38% fazem partes de redes e fóruns de articulações, o que comprovam ganhos importantes na formação do trabalhador solidário.

Os empreendimentos, cada vez mais se articulam socialmente, politicamente e comercialmente, buscando a sua inserção econômica, social e ambiental. Assim, segundo França Filho (2007, p.160): “Tal economia estimula, no território, um circuito integrado de relações sócio-econômicas envolvendo produtores/prestadores de serviço e consumidores/usuários de serviços, numa lógica de rede”. As redes estimulam, por exemplo, o comércio justo, que se caracteriza por uma comercialização alternativa ao modelo capitalista e pelo intuito de articular produtores e consumidores, bem como o consumo consciente.

No processo educativo para a construção de alternativas para o desemprego e qualidade de vida dos trabalhadores coloca-se como fundamental o desenvolvimento da tecnologia social em contraposição à tecnologia convencional, excludente, que destrói postos de trabalho. “Tecnologia Social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social. (RTS) – articulação do conhecimento científico com o saber popular”⁷. O sentido da tecnologia como fator da extração de mais-valia, favorecimento da exclusão social e agressão ao meio ambiente é subvertida. Os atores da economia solidária primam por desenvolver as tecnologias sociais:

Além de o trabalho associado como tal equiparar-se a uma força produtiva específica da maior importância, é factível, nos empreendimentos autogestionários, que o avanço das capacidades subjetivas tome o passo da renovação dos processos materiais de produção, forçando a que esses venham a reconstituir-se progressivamente sobre outras bases. Desta feita, então, a nova forma social de produção não estaria criando uma nova base técnica em sentido estrito (inovações tecnológicas, instrumentos, etc.), mas sim em vias de absorver soluções já disponíveis (inclusive as chamadas tecnologias alternativas), convertendo-as à sua lógica própria. (GAIGER, 2003, p.204)

No desenvolvimento das tecnologias sociais a interação saber acadêmico e saber popular retoma os ensinamentos de Paulo Freire no sentido da leitura de mundo e respeito ao saber do outro. Portanto, preza por uma formação “não bancária” do trabalhador. A tecnologia teria o papel de mediar a unidade entre o trabalho e a ciência. O trabalhador assim formado seria um intelectual especialista e ao mesmo tempo dirigente.

Poderíamos afirmar que ocorre a desalienação do trabalhador, dado que eles têm a responsabilidade coletiva pela nova empresa. Agora, trabalhando em seu próprio empreendimento, eles são proprietários de tudo o que é produzido. O trabalho como princípio educativo pode ser considerado uma premissa na medida em que a função técnica e a função de direção se articulam, ainda que careça de análises mais acuradas. Dar-se-ia, segundo propõe o movimento da Economia Solidária, segundo uma concepção freireana de educação, por uma

Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma ‘educação’ para a ‘domesticação’, para alienação, e uma educação para a liberdade. ‘Educação’ para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. (FREIRE, 2000, p.44)

Tal como propõe Freire, no cotidiano do trabalho nos empreendimentos busca-se a oposição a uma educação bancária que “deposita” conhecimentos no educando, assumindo que ensinar não é “transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1996, p.22) para não amesquinhar o caráter formador da experiência educativa, transformando-a em puro treinamento técnico e que retira o aspecto fundamentalmente humano do exercício educativo. Formação que envolve o saber técnico e científico aliada à *leitura de mundo*.

Propõe-se uma educação problematizadora, com a interação entre os diversos saberes: acadêmico e popular, na compreensão de que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática ‘bancária’, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos” (FREIRE, 2005, p.79). Os conhecimentos técnicos trabalhados, os conhecimentos construídos devem evidenciar a condição social, política, cultural e econômica dos sujeitos.

No processo de criar, organizando-se para produzir a sobrevivência, tem sido possível realizar-se a leitura de mundo em que linguagem e realidade prendem-se dinamicamente, implicando na percepção das relações entre o texto e o contexto. Assim sendo, amplia-se a visão de mundo, a participação e as condições de problematização da realidade desses trabalhadores, portanto, o seu exercício da cidadania.

Este seria o sentido de uma educação emancipatória com ênfase na formação para a cidadania, por uma concepção de desenvolvimento no qual se priorize elevar a capacidade de participação na dinâmica produtiva de comunidades em áreas de baixo nível de desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade.

Os aspectos citados apontam para uma formação do trabalhador em novas bases, que difere da formação para o empreendedorismo capitalista. Entretanto, a contradição que aqui queremos ressaltar diz respeito à inversão dessa lógica em alguns empreendimentos em que o apoio de determinadas assessorias e empresas capitalistas atuam dissociando a função técnica da função de direção, um fator de alienação.

Neste caso, a falta de compreensão do trabalho como princípio educativo, a falta de confiança dos próprios trabalhadores e dos técnicos na sua capacidade de gerir o negócio, desafios a serem superados no processo educativo como demonstram a experiência descrita abaixo:

Portanto, no processo de recuperação da empresa e transformação para o sistema de autogestão é necessário o engajamento efetivo dos trabalhadores. Esse engajamento está na participação direta na organização do empreendimento e o estudo de viabilidade econômica, que tem como princípio a gestão democrática e participativa, é fundamental para a sua organização e planejamento. Na dinâmica das atividades não há espaço para a dicotomia entre gestão e produção, pois a viabilidade do negócio é inerente às condições de gestão. Isso porque o trabalho se constitui em um princípio educativo na perspectiva *gramsciana*, em que o trabalhador tem o controle do processo e do produto, participa da produção e da direção, portanto, em uma perspectiva que não tem como objetivo a alienação para a sujeição de homens e mulheres aos ditames do capital. São fundamentais o conhecimento laboral dos trabalhadores e as características sociais e profissionais de cada membro do grupo, ainda que existam dificuldades no entendimento escrito sobre o estudo de viabilidade, resultado não apenas da baixa escolaridade dos trabalhadores, mas, sobretudo, pelo modelo de gestão que foi imposto pelo mercado, com a separação entre o capital e o trabalho e com a segmentação da produção pelo modelo *taylorista/fordista*.

A partir dessa concepção foi realizado o estudo de viabilidade econômica e gestão democrática durante o período de ocupação pelos trabalhadores - na luta pela garantia de seus direitos e por uma saída para a sobrevivência - na empresa de setor plástico industrial, em processo de falência, no município de Simões Filho – BA. O processo de recuperação em questão deu origem à Cooperativa de Reciclagem Plástica da Bahia - COOPERPLÁSTICO BAHIA, iniciado em 31 de julho de 2007, quando os trabalhadores da empresa NORBI paralisaram as suas atividades. Esse grupo, formado por 28 trabalhadores, discutiu a manutenção dos postos de trabalho em uma perspectiva de autonomia e de participação nos resultados por meio da constituição de um empreendimento econômico solidário. (SILVA; VELLOSO, 2010, s/p)

Para melhor compreensão do trabalho educativo, as autoras explicam que:

A tarefa, durante a ocupação, foi de problematizar com os trabalhadores os conteúdos vividos por eles, abrindo caminhos para a compreensão da realidade, com a perspectiva de vislumbrar e construir saídas coletivas. Freire (2002) afirma que o que importa é a problematização do mundo do trabalho, dos produtos, das idéias, da cultura e da história.

Para isso, foi necessário que a assessoria técnica comungasse com essa transformação. Como diz Freire (2002), se não for capaz de comungar com eles, será apenas um técnico ou um bom reformista. “Nunca, porém, um educador da e para as transformações radicais”. (SILVA; VELLOSO, 2010, s/p.).

O trabalho subverteu a concepção de que empresas especializadas e industriais precisam ser administradas apenas por técnicos especialistas:

Os arranjos neoliberais se ancoram numa concepção de gestão que denominamos administrativa-empresarial, manejando técnicas e procedimentos prescritivos, capturando e desqualificando saberes acumulados na atividade prática cotidiana das populações em favor de maior produtividade e lucro. Nas disputas pela instauração de um pensamento único, a homogeneização ou standardização dos processos, de trabalho e de conhecimento, se valem de novas formas de vigilância e de fiscalização, de instrumento de avaliação e de controle sobre os riscos. A defesa da eficiência atribui um tom de neutralidade a tais procedimentos, tornando-os necessários. (AGUIAR, 2007, p.111)

A demonstração da capacidade de trabalho ficou evidenciada na fala de um trabalhador: “Nós conhecíamos as peças do quebra-cabeça, mas nunca tínhamos juntado as peças. Hoje fizemos isso, e vimos que temos o conhecimento e temos também força de vontade para fazer diferente e dar certo.” (SILVA; VELLOSO, 2010, s/p), o que corrobora a afirmativa de que todo processo produtivo implica na existência de determinadas relações técnicas, e que essas técnicas não são neutras como parece ser a matemática. De fato, usa-se da mesma matemática, tanto numa empresa privada como num empreendimento solidário, mas que, entretanto, os critérios de utilização da própria matemática diferenciam-se entre empreendimentos solidários e empresas privadas, pois no primeiro tem por trás das técnicas, as pessoas que as operam e, à sua frente, as pessoas que se servirão de seus resultados (CAPINA apud SILVA; VELLOSO, 2010, s/p).

Algumas experiências, entretanto, tem se dado de forma contrária, na concepção da neutralidade da técnica, da superioridade do saber acadêmico-científico, da reprodução da

hierarquia social, da crença na incapacidade dos trabalhadores realizaram a gestão do empreendimento, portanto, ações que se dão na busca de atender à lógica do capital. O caso de uma cooperativa⁸ que recebeu um grande montante de recursos para a implantação da infra-estrutura adequada ao trabalho, na qual a gestão é realizada por técnicos e os trabalhadores não aprenderam e não querem assumir a gestão do negócio. Fica patente a falta de confiança dos técnicos e dos prótrabalhadores em relação aos seus saberes.

Há que se questionar políticas e programas que destinam altos montantes de recursos para a estruturação dos empreendimentos à ONGs e Fundações que se estruturam bem do ponto de vista da técnica constituindo uma tecnocracia que deixa a desejar do ponto de vista da formação política dos trabalhadores.

No sentido oposto, outra experiência, cujos trabalhadores, catadores de resíduos sólidos⁹, afirmam não “abrir mão” da sua autonomia, tem sua viabilidade econômica ameaçada, entretanto, todas as conquistas são resultantes da sua luta e não aceitam serem tutelados firmando parcerias que dão apoio sem, no entanto, intervir no trabalho de produção e de gestão. A formação desses trabalhadores, forjada na luta, deram-lhe grande autonomia política evidenciada pelos discursos elaborados que demonstram a leitura de seu mundo, a compreensão das suas dificuldades, dos seus limites e das suas possibilidades. A sua autonomia elevou-lhes a auto-estima, favorecendo-lhes a participação em diversos espaços, políticos e acadêmicos, em que sabem exigir voz e explicitar seus pontos de vista¹⁰.

NOTAS

¹ Doutora em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, coordenadora de projetos da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários UNEB/UNITRABALHO – INCUBA.

² Doutora em Educação pela UFRGS; Professora do Mestrado de Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, coordenadora geral da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários UNEB/UNITRABALHO – INCUBA.

³ Professora Assistente – CCAAB/ Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Doutoranda em Geografia – UFS. Mestre em Extensão Rural e Especialista em Cooperativismo – UFV. Professora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, coordenadora da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários UFRB/UNITRABALHO – INCUBA.

⁴ Grifo nosso.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Disponível <http://www.itsbrasil.org.br>.

⁸ Optamos por não citar a cooperativa que foi observada pelas autoras, bem como a correspondente assessoria.

⁹ Trata-se dos catadores que compõem as cooperativas do Complexo de Reciclagem da Bahia.

¹⁰ Esses trabalhadores concretizaram, a partir de parcerias com o poder público, a idéia de organizar os catadores de materiais recicláveis durante o Carnaval de Salvador, tendo atendido 2200 catadores avulsos em 2010, oferecendo-lhes fardamento, equipamentos de proteção individual e alimentação. As assessorias tiveram o papel de contribuir na elaboração coletiva do projeto. A articulação do apoio pelas várias instâncias do Governo ficou sob responsabilidade deles em uma grande demonstração de autonomia e sustentabilidade política.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Kátia. Economia dos setores populares: modo de gestão e estratégias de formação. In: KRAYCHETE, G. AGUIAR, K. (orgs). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: OIKOS, 2007.

ALMEIDA, Edson Pacheco de; PEREIRA, Rosângela Saldanha. Críticas à teoria do capital humano (uma contribuição à análise de políticas públicas em educação). *Revista de Educação Pública*. Cuiabá. v. 9, n. 15, p. 53-70, jun., 2000

BARBOSA, Rosângela N. de Carvalho. *A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

CAPINA. Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (org.). *Puxando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos solidários e populares*. São Paulo: ADS/CUT, 2004.

DIAS, Graziany Penna. Empreendedorismo: uma “nova” noção para a (com)formação humana, nos interesses do capital. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/empreendedorismo.pdf. Acesso em: 19 ago. 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto. Teoria e prática de economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civita*, Porto Alegre. V.7, n.1, p.155-174, jan/jun., 2007.

FREIRE, Paulo.. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez Editora; Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio G. A Economia Solidária diante do modo de Produção Capitalista. *Caderno CRH*. Salvador: n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro. v. 27, n. 1, p. 26-37, abr., 2001.

SCHIRLO, Ana Cristina et al. Empreendedorismo dentro da Escola: uma necessidade do mundo globalizado. Disponível em <http://www.pg.cefetpr.br/incubadora/wp-content/themes/utfpr-gerec/artigos/35.pdf>, acesso em: 19 ago. 2010.

SILVA, José Humberto da. *Os Filhos do Desemprego: jovens itinerantes do primeiro emprego*. Brasília: Liber Livro, 2009.

SILVA, Ronalda Barreto; VELLOSO, Tatiana. Estudo de viabilidade econômica e gestão Democrática como instrumento de recuperação de empresas para sistema de autogestão: o caso da cooperplástico Bahia. VII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social. Teófilo Otoni: 23 e 24 de set. 2010. (trabalho aprovado)

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*. São Paulo: Cortez, 1996.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.